
Mar 2030 - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Prioridade 3 – Promoção do Desenvolvimento de uma Economia Azul Sustentável nas Regiões Costeiras, Insulares e Interiores e Fomento do Desenvolvimento das Comunidades Piscatórias e de Aquicultura

Reconhecimento dos GAL e seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (2021-2027)

Concurso para a apresentação de candidaturas

ANEXO II – A

Template para a submissão de candidaturas à seleção de GAL e à aprovação de EDL

1. Designação do GAL

GAL SOTAVENTO ALGARVE

2. Designação da Entidade Gestora

MUNICÍPIO DE OLHÃO

3. Caracterização e Diagnóstico do território

Text Field [30 000] 29995

CARATERIZAÇÃO

Freguesias do território de intervenção

O território de intervenção é composto pelas freguesias litorâneas dos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim, sendo que as destes dois últimos concelhos conferem uma intervenção de dinâmicas socioeconómicas litoral-interior-litoral que proporciona elementos de potencial diversificação de atividades integradoras da economia azul e de fomento e desenvolvimento de comunidades piscatórias e da aquicultura.

A tabela 1 identifica a evolução da população residente, relativamente às freguesias que compõem o território proposto para a intervenção do GAL Pesca do Sotavento do Algarve.

Caraterização do território de intervenção

A identidade do território é assegurada pela Ria Formosa (área de jurisdição de cinco Municípios), um sistema natural, estruturante da paisagem e dos sistemas ecológicos, que confere ao Sotavento características próprias, no contexto do Mar do Algarve, diferenciando-o do Barlavento.

Tabela 1 - Evolução da população residente (2011-2021)

Concelho / Freguesia	2011	2021	Variação
Portugal	10.562.178	10.343.066	-2,07%
Algarve	451.006	467.343	3,62%
Alcoutim	2.917	2.523	-13,51%
União das freguesias de Alcoutim e Pereiro	1.134	1.110	-2,12%
Castro Marim	6.747	6.439	-4,56%
Altura	2.195	2.106	-4,05%
Azinhãl	522	479	-8,24%
Castro Marim	3.267	3.278	0,34%
Odeleite	763	576	-24,51%
Faro	64.560	67.622	4,74%
Montenegro	8.149	8.613	5,69%
União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	44.119	46.299	4,94%
Loulé	70.622	72.332	2,42%
Almancil	11.136	11.291	1,39%
Quarteira	21.798	24.420	12,03%
Olhão	45.396	44.614	-1,72%
Olhão	14.914	14.206	-4,75%
Pechão	3.601	3.888	7,97%
Quelfes	17.246	17.253	0,04%
União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta	9.635	9.267	-3,82%
Tavira	26.167	27.523	5,18%
Santa Luzia	1.455	1.589	9,21%
União das freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira	2.519	3.428	36,09%
União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão	4.535	4.730	4,30%
União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)	15.133	15.432	1,98%
Vila Real de Santo António	19.156	18.824	-1,73%
Monte Gordo	3.308	3.197	-3,36%
Vila Nova de Cacela	3.902	3.873	-0,74%
Vila Real de Santo António	11.946	11.754	-1,61%

Fonte: INE

O Sotavento do Algarve alberga a maior zona húmida do sul de Portugal, 11.000 hectares ao longo de cerca de 60 km de costa, entre o Ancão (Loulé) e a Manta Rota (Vila Real de Santo António), formando um sistema estuarino-lagunar com uma vasta área de sapais, ilhotas e canais protegida por robustos cordões arenosos, os quais formam duas penínsulas (Ancão e Cacela) e cinco ilhas barreira (Barreta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas).

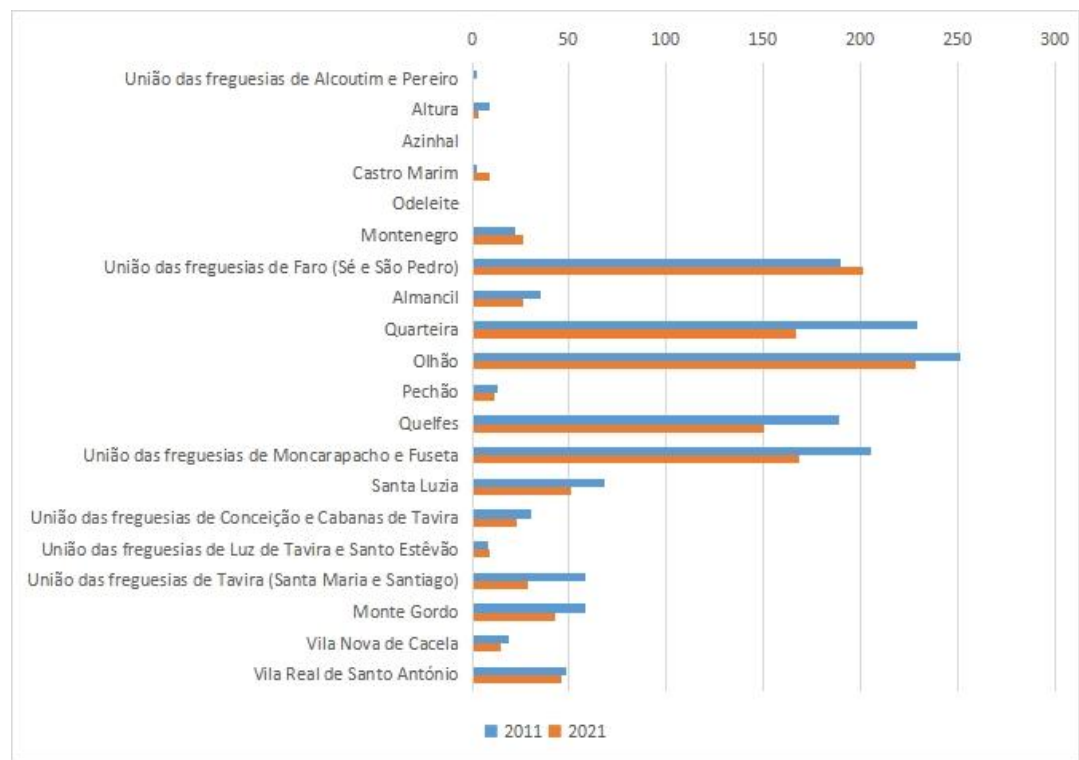
Esta, é complementada pelo Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, a primeira Reserva Natural criada no Continente em razão do seu

interesse biológico nos aspetos ecológico, botânico, ornitológico e ictiológico, do valor arqueológico do aglomerado de Castro Marim, e da sua capacidade influenciadora de fatores económicos regionais (pesca - os esteiros são local privilegiado para a reprodução de peixes e crustáceos; salinicultura; e turismo)

As atividades ligadas à pescas, à aquicultura e à salinicultura (as últimas duas com relevância única no Sotavento, mesmo no contexto nacional), posicionam-se como vetor importante na promoção do desenvolvimento local e regional, com um impacto potencial resultante da articulação entre o turismo e outras atividades económicas a montante e a jusante (p.ex., a indústria conserveira, os produtos provenientes da Ria e do mar de qualidade, a náutica de recreio e as atividades de lazer, nomeadamente nas ilhas barreira).

As comunidades piscatórias existentes na área de intervenção, com destaque para as que estão ligadas às dinâmicas dos portos de pesca e das lotas, têm grande relevância no Algarve, possuindo potencialidades culturais, sociais e económicas marcadas pela ocupação e utilização humana dos habitats da Ria Formosa e das zonas estuarinas do Guadiana.

Gráfico 1 - Evolução da População residente dependente da pesca (2011-2021)



Fonte: INE

O total de residentes nas freguesias do território de intervenção ultrapassa os 186 mil (40% do volume demográfico regional), numa evolução favorável (+3,04%) e muito semelhante ao crescimento médio do Algarve (3,62%).

Segundo o Acordo de Parceria Portugal 2030, deve ser promovida uma economia azul sustentável nas áreas costeiras, insulares e do interior, bem como o desenvolvimento das comunidades piscatórias e da aquicultura, através de uma aposta em medidas de política que promovam a redução das disparidades e assimetrias regionais sendo, também, uma forma de enfrentar o despovoamento, a quebra de natalidade e o envelhecimento.

O território de intervenção é composto por um conjunto de freguesias litorais que se situam na relação direta com o complexo natural da Ria Formosa, correspondendo a uma longa faixa do Mar do Algarve e por um conjunto de freguesias interiores em que avultam, pela natureza de complementaridade dos respetivos recursos hídricos, as freguesias algarvias da Bacia Hidrográfica do Guadiana. As Regiões hidrográficas que abrangem os recursos hídricos do Algarve, integram as massas de água costeiras e de transição de um conjunto de concelhos/freguesias do Sotavento, designadamente, as seguintes que pertencem ao território de intervenção:

Tabela 2 - Freguesias do território de intervenção

Freguesia
RH7 - Bacia do Guadiana
Alcoutim e Pereiro
Azinhã, Castro Marim, Odeleite e Altura
Conceição e Tavira (Santa Maria)
Vila Nova de Cacela, Vila Real de Santo António e Monte Gordo
RH8 - Ribeiras do Algarve
Castro Marim e Altura
Faro (São Pedro), Faro (Sé) e Montenegro
Almancil e Quarteira
Fuseta, Moncarapacho, Olhão, Pechão e Quelfes
Conceição, Luz, Tavira (Santa Maria), Tavira (Santiago), Santo Estêvão, Santa Luzia, Cabanas de Tavira
Vila Nova de Cacela

Fonte Própria

Esta composição do território de intervenção indicia já uma relativa heterogeneidade de recursos naturais e piscícolas em presença, bem como um padrão de formas de ocupação das populações litorais e ribeirinhas que sempre encontraram na pesca (atividade exclusivamente artesanal) um modo de subsistência, entre as quais se estabelecem importantes relações funcionais que justificam o alargamento da Área de Intervenção de freguesias interiores.

Ainda no que se refere às relações funcionais de natureza económica, destaca-se o conjunto de atividades de lazer e turismo natureza que integram os

recursos naturais e outros das áreas rurais adjacentes do interior, numa oferta turística que complementa as respostas do Sotavento a segmentos da procura menos influenciados pelo binómio sol e mar. Ou seja, este alargamento amplia o leque de soluções possíveis, na ótica da diversificação de atividades e da criação de emprego para as populações das freguesias abrangidas.

Em síntese, as dinâmicas de iniciativa em torno da missão e atividades do GAL Sotavento no período 2014-2021 e as perspetivas de intervenção futura deste na costa, de Loulé ao Estuário do Guadiana, motivaram o interesse de diversos atores dos territórios vizinhos, com população ligada às atividades piscatórias e com recursos englobáveis no Complexo do Turismo e do Lazer, para integrar os respetivos recursos materiais e de iniciativa nas dinâmicas litorais de investimento e intervenção para o desenvolvimento sustentável desta faixa costeira.

DIAGNÓSTICO

Ambiente natural e ocupação humana do território de incidência

Valores naturais

O território de intervenção possui uma das maiores e mais belas riquezas do País (a Ria Formosa), complementada com, ainda que de menor dimensão, a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila real de Santo António.

Para além do que já se referiu, as barras entre as ilhas que delimitam a Ria Formosa, permitem a comunicação com o mar, e cerca de 70 % do seu volume de água é renovado em cada ciclo de maré. A norte, a Ria recorta-se entre salinas e tanques, bancos de areia, terra firme e pela foz dos cursos de água que nela desaguam, sendo o mais expressivo o Rio Gilão, em Tavira. A sul, é delimitada por um cordão arenoso dunar (praias e dunas) que protege uma zona lagunar, parte da qual se encontra permanentemente submersa, enquanto que uma percentagem significativa emerge durante a baixa-mar. Este sistema lagunar inclui uma grande variedade de habitats (ilhas-barreira, sapais, bancos de areia e de vasa, dunas, salinas, lagoas de água doce e salobra, cursos de água, áreas agrícola e mata) e uma grande variedade florística e faunística.

A presença do homem acompanha a Ria em toda a sua extensão, materializando-se, sobretudo, em núcleos urbanos, construções isoladas e aldeamentos turísticos, apresentando uma paisagem humanizada, com diferentes gradações, em função do grau de intervenção ao longo dos tempos e a intervenção humana nas zonas húmidas, designadamente através da construção de tanques de salinas e de piscicultura/aquicultura e canais de alimentação dos mesmos constitui um fator positivo, na medida em que funciona como habitat para inúmeras espécies da avifauna

A elevada produtividade biológica da Ria Formosa reflete-se em todos os seus ambientes, sendo especialmente visível nas comunidades que habitam os fundos arenosos e lodosos, em populações muito abundantes, de alevins ou de indivíduos em crescimento até poderem sobreviver no ambiente pelágico do MAR.

Espécies como o sargo, o robalo, o linguado ou o salmonete, de entre cerca de cento e quarenta espécies, vêm aqui desovar e criar, encontrando, os juvenis, proteção até atingir tamanho suficiente para naturalmente abandonar a zona.

Ocupação humana económica

Em matéria de ocupação humana, a pesca e a exploração do sal vêm do fundo dos séculos e foi atrás delas que muitos povos se estabeleceram no território ao longo da história, existindo relatos sobre essa instalação e ocupação. Mais próximos de nós, nos séculos XVII e XVIII, também há registos e trabalhos académicos sobre a importância dessa atividade para as finanças do Estado (havia mesmo Armações que pertenciam em exclusividade às Casas da Rainha e dos Infantes). Nos anos 40, 50 e 60 do século XX, muitas centenas de embarcações evoluíam na faina do mar e ainda restavam algumas Armações de atum, embora num processo de gradual desaparecimento, restando as casas da Armação e as enormes âncoras ao abandono, muitos anos depois de aquela atividade ter cessado. Esta atividade dava trabalho a centenas de fábricas conserveiras que existiam um pouco por toda a costa sul do Algarve, de Vila Real de Santo António a Lagos.

A Ria Formosa tem convivido com as dinâmicas urbanas de várias cidades e outras povoações de menores dimensões, cujo modelo de ocupação e ordenamento combinou a defesa face ao exterior com a organização das atividades económicas. A forte relação com o Mar e as atividades da fileira das pescas estrutura as principais dinâmicas urbano-económicas do Sotavento do Algarve de que são exemplos vivos, Olhão e Vila Real de Santo António:

Economia da pesca, da aquicultura e dos recursos da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim

Pescas

As atividades económicas que constituem a fileira da pesca têm por suportes principais a frota de embarcações, as estruturas portuárias e as lotas onde é descarregado o pescado. O Sotavento do Algarve encontra-se particularmente dotado neste domínio das condições materiais, sendo de destacar a existência de:

- Rede de portos de pesca, onde se salienta:
 - I. o porto de Olhão, um dos mais importantes da Região, quer em quantidade, quer em valor do pescado comercializado;
 - II. o porto de Vila Real de Santo António, que apresenta um contributo significativo para o valor do pescado comercializado na Região, dadas as espécies de elevado valor comercializadas;
 - III. o porto de Quarteira que se tem mostrado exíguo para a frota de pesca que o procura, circunstância que poderá motivar a sua expansão num futuro próximo.
- Rede de lotas (Vila Real de Santo António; Olhão e Fusetas; Tavira e Santa Luzia; e Quarteira).
- Frota de embarcações, registadas nos principais Portos do Sotavento (Vila Real de Santo António, Tavira e Olhão), conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Evolução da frota

Evolução Recente	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. 2016/21
Embarcações de pesca com motor (N.º)	939	939	910	910	905	906	-3,51%
Embarcações de pesca sem motor (N.º)	110	110	102	102	104	103	-6,36%
Potência do motor das embarcações de pesca (kW)	40.662	40.662	41.626	41.626	42.424	43.015	5,79%
Capacidade das embarcações de pesca com motor (GT)	6.101	6.101	6.419	6.419	6.686	6.746	10,57%
Capacidade das embarcações de pesca sem motor (GT)	74	74	60	60	61	61	-17,57%

Fonte: INE

Estes indicadores expressam, ainda que com quebras mais ligeiras do que ocorreu noutras zonas costeiras, algumas linhas de tendência de um passado recente fortemente marcado pelos efeitos, na atividade económica, do ajustamento macroeconómico e financeiro nacional, mais evidente na economia das pescas, fruto também dos ajustamentos da frota e do esforço de pesca, ambos subordinados às orientações da Política Comum das Pescas, nomeadamente, através da implementação de planos de ajustamento exercidos sobre as espécies.

Entre 2016 e 2021, as descargas comerciais totais em lota na região do Sotavento do Algarve (tabelas 4 e 5) têm vindo a aumentar progressivamente: em 2016 registou-se uma descarga total em lota de 18.901 ton., enquanto que em 2021 este valor atingiu as 20.970 ton., um acréscimo de cerca de 11%. Por porto de descarga, constata-se um acréscimo mais acentuado em Vila Real de Santo António (30,7%).

Tabela 4 - Principais capturas nominais de pescado, por porto de descarga e espécie (t)

CONCELHO	Olhão			Tavira			Vila Real de Santo António			Algarve		
	2016	2021	Var.	2016	2021	Var.	2016	2021	Var.	2016	2021	Var.
Total	10.378	11.069	6,7%	701	318	-54,6%	923	1.206	30,7%	18.901	20.970	10,9%
Peixes marinhos	8.600	8.324	-3,2%	45	-	-100,0%	407	235	-42,3%	14.523	14.708	1,3%
Crustáceos	1	6	500,0%	-	-	0,0%	456	819	79,6%	495	878	77,4%
Moluscos	1.776	2.735	54,0%	656	318	-51,5%	60	153	155,0%	3.879	5.376	38,6%

Fonte: INE

O valor da pesca descarregada no conjunto destas lotas ascendeu, em 2021, a cerca de €46 milhões, com destaque para Olhão (mais de €26 milhões) e Vila Real de Santo António (cerca de €16 milhões).

Tabela 5 - Principais capturas nominais de pescado, por porto de descarga e espécie (€)

CONCELHO	Olhão			Tavira			Vila Real de Santo António			Algarve		
	2016	2021	Var.	2016	2021	Var.	2016	2021	Var.	2016	2021	Var.
Total (milhares €)	18.115	26.816	48,0%	3.929	2.651	-32,5%	10.435	16.285	56,1%	54.019	75.312	39,4%
Peixes marinhos	10.657	12.184	14,3%	257	-	-100,0%	921	873	-5,2%	25.113	24.321	-3,2%
Crustáceos	8	60	650,0%	4	-	-100,0%	9.278	14.963	61,3%	9.814	15.712	60,1%
Moluscos	7.449	14.566	95,5%	3.668	2.651	-27,7%	235	445	89,4%	19.083	35.253	84,7%

Fonte: INE

Em termos de importância das diferentes espécies descarregadas existem algumas diferenças entre os portos do Sotavento e os valores globais para o Algarve. Os peixes marinhos surgem como o grupo mais importante no Algarve, representando 70% das descargas, sendo que em Vila Real de Santo António apenas representam 19,5%. Já em Tavira são os moluscos a representar a totalidade do pescado descarregado. Os crustáceos surgem com uma importância muito superior em Vila Real de Santo António (68%) face ao resto do Algarve (4%); a maior parte dos crustáceos nobres (de elevado valor comercial, nomeadamente, a gamba e o lagostim), são desembarcados em Vila Real de Santo António, relação de quase exclusividade que está relacionada com a proximidade da respetiva lota com o maior mercado importador daquele produto (Espanha).

Em termos de quantidades totais desembarcadas do último ano de referência (tabela 6), verifica-se que a cavala, o polvo e a sardinha foram o recurso com mais peso, quer no Algarve, quer no Sotavento. Em valor económico, as espécies mais importantes para o Sotavento são o polvo, a gamba, a sardinha, o camarão e o lagostim.

Tabela 6 - Principais espécies de pescado no Sotavento do Algarve (2021)

Espécie	Sotavento		Algarve	
	Ton	€ (mil)	Ton	€ (mil)
Peixes marinhos				
Cavala	3.607	3.494	5.569	2.109
Sardinha	2.692	8.005	5.053	5.369
Carapau	357	2.548	1.109	1.866
Atum e similares	301	1.544	304	779
Diversos	168	1.689	296	1.110
Crustáceos				
Gambas	610	15.222	613	7.621
Camarões	108	9.311	108	4.656
Lagostim	102	5.442	102	2.726
Diversos	1	502	35	481
Santola	2	66	12	56
Moluscos				
Polvos	1.726	42.546	3.759	29.636
Conquilha	562	3.020	562	1.511
Choco	313	3.948	395	2.205
Diversos	288	533	308	302
Berbigão	154	366	154	183

Fonte: INE

Os valores médios da pesca descarregada nos principais portos do Sotavento Algarvio evidenciam os baixos valores praticados para a generalidade das espécies ainda que em média as espécies descarregadas em Tavira e Vila Real de Santo António apresentem valores/Kg bastante superiores à média do Algarve, com destaque para os peixes marinhos e os crustáceos. Ou seja, enquanto que o volume de pesca descarregada em Olhão é bastante superior ao das demais lotas, observa-se que, em 2021, o valor por quilo dos produtos vendidos em Vila Real de Santo António (13,51€) e em Tavira (8,34€) é, em média, superior ao de Olhão (2,43€).

Em 2021, encontravam-se matriculados nos principais portos do Sotavento do Algarve 1.441 pescadores, representando uma ligeira diminuição face a 2011 (-7,86%), em sincronia com a redução de pescadores matriculados na Região (-5,91). Em termos de portos de registo, destaca-se Olhão com cerca de 37% dos pescadores matriculados da Região o que representa cerca de quatro em cada seis dos pescadores do Sotavento do Algarve.

Tabela 7 - Pescadores registados por porto de registo no Sotavento do Algarve

Porto de registo	2011	2021	Var.
Algarve	2.794	2.629	-5,91%
Olhão	1.103	961	-12,87%
Tavira	119	104	-12,61%
Vila Real de Santo António	342	376	9,94%

Fonte: INE

Aquicultura

A aquicultura a nível mundial é atualmente responsável por cerca de metade do abastecimento de peixe para consumo humano e apresenta um forte potencial de crescimento. Segundo as previsões da FAO o consumo de produtos do mar continuará a aumentar, não podendo o peixe selvagem cobrir totalmente a procura e estimando-se que, em 2050, a aquicultura seja responsável por 70% do peixe consumido.

A aquicultura surge como um setor em expansão e com importância estratégica na Região, constituindo alternativa às formas tradicionais de abastecimento de pescado e proteção dos stocks naturais explorando condições naturais existentes para a produção, que tornam o crescimento dos peixes mais rápido.

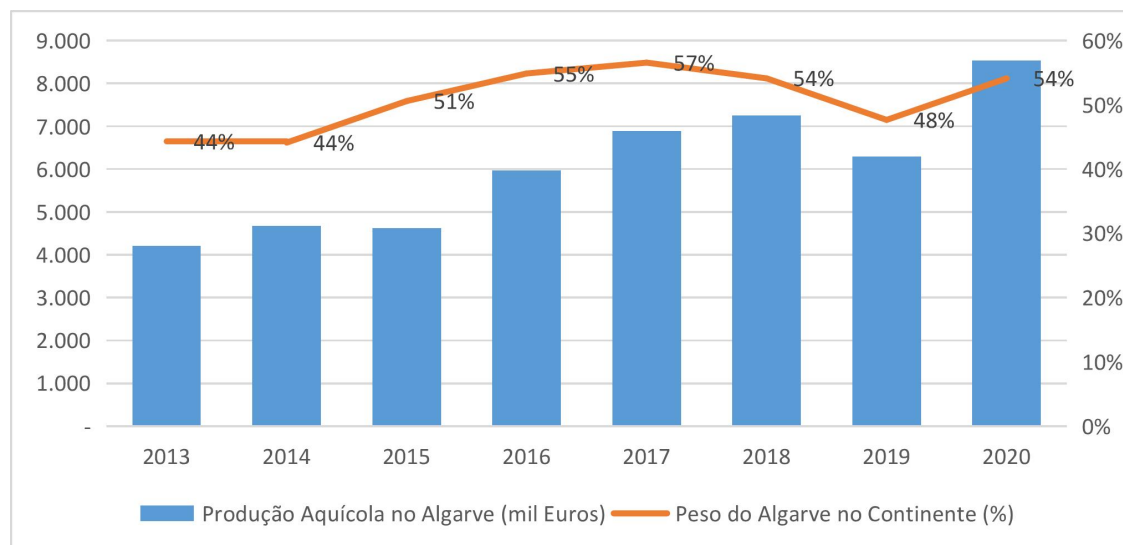
O Algarve regista um volume expressivo de produção aquícola (gráfico 2), nomeadamente nos anos mais recentes, onde no período 2013-2020 se verificou uma média de produção anual aproximada de 6.000 toneladas, cujo pico ocorreu em 2020, ano em que a região atingiu 54% da produção aquícola nacional.

Esta região tem assistido ao desenvolvimento da aquicultura em tanques de terra fruto da reconversão de antigas salinas e beneficiando dos sistemas lagunares, com destaque para a Ria Formosa e Reserva Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

O Algarve tem vindo a registar nos últimos anos, conforme dados constantes no INE, um aumento do nível de produção, atingindo uma média anual em valor a rondar os 42 M €, verificando- um pico de quase 60 M€ em 2019, ano em que a Região atingiu 48% da produção aquícola nacional.

O setor da aquicultura regional tem evidenciado dinâmicas de investimento muito significativas tendo absorvido cerca de 40% do total do investimento apoiado pelo MAR2020 no Algarve. O concelho de Olhão tem acolhido os maiores investimentos e o maior número de iniciativas empresariais apoiadas (dos 192 projetos apoiados, 111 localizam-se em Olhão).

Gráfico 2 - Evolução da Produção dos estabelecimentos de aquicultura no Algarve



Fonte: INE

O peixe proveniente da pesca não é, atualmente, suficiente para suprir as necessidades da Região. Neste contexto, a aquicultura (produção de peixes em condições controladas) é uma atividade que assume um papel vital como fonte de pescado para as populações do Mediterrâneo. Um desenvolvimento responsável desta indústria assenta no equilíbrio entre a qualidade e a segurança alimentar, no impacto ambiental dos sistemas de produção, sem esquecer as suas implicações socioeconómicas. Várias espécies de peixes, como a dourada, o robalo, a corvina, o pregado e o linguado, são cultivadas na região Mediterrânica e assumem um papel muito significativo nos nossos hábitos alimentares.

Salinicultura

O Algarve, região com uma tradição milenar na produção de sal, e, em particular, o Sotavento beneficiam de excecionais condições naturais (solo, matéria prima e clima) para a exploração e desenvolvimento da produção do sal marinho, destacando-se sobretudo, a Zona de Castro Marim, Vila Real de Santo

António, Tavira, Olhão e Faro. Este tipo de atividade tem persistido até aos nossos dias, continuando a recolher-se sal à mão, que não é sujeito a nenhum tratamento posterior. Para além do sal tradicional, também é feita a recolha de flor de sal (película de finos cristais de sal que se forma na superfície da água das salinas).

A qualidade do sal e da flor de sal produzidos de forma artesanal e tradicional nesta zona, especificamente na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António e Tavira, obtiveram uma “certificação de alta qualidade” controlada pela Certipac de acordo com as normas da Associação francesa Nature et Progrés. A necessidade de preservação desta forma de extração do sal marinho, não só permite que todas as características deste sal sejam mantidas, aumentando o seu valor alimentar, como tem efeitos benéficos para a qualidade ambiental. A necessidade de os produtores se organizarem e encontrarem formas de promoção desta atividade, deu origem à criação de algumas associações de produtores de sal.

A Ria Formosa e o Sapal de Castro Marim, onde se localiza o maior número das explorações, pelas condições naturais de excelência que apresentam, constituem espaços de produção de sal de reconhecida qualidade. Em 2021, existiam no Algarve 27 salinas em atividade (75% do total do Continente), que ocupavam uma área de 1.031ha (94%) e asseguravam uma produção de sal marinho de 87 mil toneladas (98%), segundo dados do INE, Estatísticas da Pesca - 2021; cerca de 90% desta produção é da responsabilidade de três empresas com salinas em Castro Marim [Castro Marim constitui o núcleo mais representativo da salicultura tradicional, não só por constituir uma unidade geográfica bem definida (da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim), mas também porque alberga a maior comunidade de salinicultores artesanais], Tavira, Olhão e Faro.

O setor tem registado estabilidade no volume de produção sendo as variações de extração explicadas por alterações nas condições climáticas (temperatura do ar, pluviosidade e regime dos ventos), dado que as áreas de produção utilizadas se mantêm, tal como os métodos e tecnologias produtivas.

Náutica de Recreio

A náutica de recreio tem-se revelado particularmente dinâmica beneficiando de uma rede de Marinas, Portos de Recreio, Docas e Fundeadouros em vários locais do Sotavento. Todos os portos são interiores, localizados em estuários de rios, rias ou criados por dragagem de zonas baixas aluvionares.

Olhão e Vila Real de Santo António, no Sotavento, integram a rede de principais Marinas e Portos de Recreio do Algarve e vários locais da Ria Formosa são frequentados pelos nautas de recreio; Faro dispõe de uma doca limitada a pequenas embarcações a motor e um fundeadouro na ria Formosa junto à cidade.

O Porto de Recreio de Olhão tem capacidade para 700 embarcações, uma excelente infraestrutura de apoio à náutica de recreio no Sotavento algarvio que atrai muitos proprietários de embarcações, que ancoram os seus barcos no porto e ficam alojados em unidades hoteleiras do concelho. A compatibilização de conservação da natureza com o desenvolvimento económico e social, é considerada possível à luz das modernas opções de proteção e de operação disponíveis para as novas infraestruturas de apoio à náutica de recreio.

Com uma capacidade para cerca de 360 embarcações, o Porto de Recreio de Vila Real de Santo António inclui no seu núcleo de infraestruturas uma zona

para abastecimento de combustível, oficina de reparação de velas, cascos e motores, contando também com uma zona de restauração. Este conjunto de equipamentos potencia o aproveitamento do Rio Guadiana até ao seu ponto navegável, como rota turística náutica com contribuição efetiva, em termos económicos para as comunidades ribeirinhas (troço do Rio integrado no território de intervenção).

O vasto espaço lagunar da Ria Formosa pode ser visitado de barco durante todo o ano permitindo a organização de passeios turísticos. Diversas empresas privadas e clubes dinamizam uma considerável oferta de passeios que incluem atividades variadas desde a visita às ilhas barreira, os desportos náuticos ou a pesca desportiva, até ao turismo de natureza com guias especializados, para observação da vegetação, de aves aquáticas e de golfinhos.

Ao nível dos Desportos náuticos, a Ria Formosa oferece condições ímpares para a prática de vela, canoagem, ou windsurf, existindo diversos clubes em Faro, Olhão, Fuseta e Tavira que organizam estas atividades.

Sócio-demografia do território de intervenção

Elementos demográficos

As dinâmicas demográficas do território do Sotavento do Algarve são significativamente expressivas, com destaque para: o peso da população da Região (40% dos residentes); e o crescimento das freguesias abrangidas ao longo da segunda década do século XXI (3,04%), um crescimento próximo ao atingido pelo conjunto da Região (3,64%) e em contra-ciclo com o decréscimo registado a nível nacional (continente). Este comportamento demográfico tem uma distribuição relativamente heterogénea:

- Freguesias de Alcoutim, com predomínio de freguesias interiores (-13,51%);
- Freguesias de Castro Marim (-4,56%);
- Freguesias de Faro (+4,74%);
- Freguesias de Loulé (+2,42%);
- Freguesias de Olhão (-1,72%);
- Freguesias de Tavira (+5,18%); e
- Freguesias de Vila Real de Santo António (-1,73%).

As freguesias que integram o território de intervenção apresentam densidades demográficas muito dispare, evoluindo entre:

- freguesias de muito baixa e baixa densidade pertencentes aos concelhos de Alcoutim (4,4 hab/ km²), Castro Marim (21,4 hab/ km²) e Tavira (45,3 hab/ km²);
- freguesias com densidade próxima da média regional (93,5 hab/ km²), caso das pertencentes ao Concelho de Loulé (94,7 hab/ km²);

- freguesias de elevada densidade populacional pertencente, sobretudo, aos concelhos de Olhão (340,6 hab/ km²), Faro (333,6 hab/ km²) e Vila Real de Santo António (307,0 hab/ km²).

Observa-se, pela tabela 8, que a média do índice de envelhecimento dos residentes nos concelhos do território de intervenção, com o valor de 232, é superior à média da região do Algarve, de 149,2.

Tabela 8 -Índice de envelhecimento (2011 e 2020)

CONCELHO	2011	2020
Algarve	125,3	149,2
Alcoutim	592,4	593,6
Castro Marim	213,9	241,9
Faro	118,7	143,8
Loulé	121,5	143,1
Olhão	107,6	136,7
Tavira	182,5	205,4
Vila Real de Santo António	121,1	159,5

Fonte: INE

Entre os valores de envelhecimento em presença, destaca-se a situação menos desfavorável das freguesias dos concelhos de Olhão, Loulé e Faro, justamente as que têm mais população dependente da pesca (tabela 9) e onde se situam as principais infraestruturas e equipamentos da fileira da pesca (portos de pesca e lotas). Nas freguesias com uma proporção mais elevada de população dependente da pesca, predomina a pesca artesanal, casos da Fuseta e de Santa Luzia.

Tabela 9 - Representatividade da população dependente da pesca, sobre a população empregada (2021)

CONCELHO	FREGUESIA	POPULAÇÃO EMPREGADA	POPULAÇÃO DEPENDENTE DA PESCA E AQUICULTURA	PROPORÇÃO
ALCOUTIM	União das freguesias de Alcoutim e Pereiro	346	1	0,3%
CASTRO MARIM	Altura	781	3	0,4%
	Azinhãl	160	0	0,0%
	Castro Marim	1.265	9	0,7%
	Odeleite	110	0	0,0%
FARO	Montenegro	4.144	26	0,6%
	União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	20.923	201	1,0%
LOULÉ	Almancil	4.759	26	0,5%
	Quarteira	10.095	167	1,7%
OLHÃO	Olhão	5.858	228	3,9%
	Pechão	1.647	11	0,7%
	Quelfes	7.486	150	2,0%
	União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta	3.364	168	5,0%
TAVIRA	Santa Luzia	556	51	9,2%
	União das freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira	1.238	23	1,9%
	União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão	1.841	9	0,5%
	União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)	5.997	29	0,5%
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	Monte Gordo	1.055	43	4,1%
	Vila Nova de Cacela	1.394	15	1,1%
	Vila Real de Santo António	4.464	46	1,0%
TOTAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO		77.483	1.206	1,6%

Fonte: INE

Os dados referentes a 2021 apontam para níveis de dependência da ocupação em atividades da pesca a rondar o valor de um e meio por cento no Sotavento do Algarve, oscilando entre valores significativamente mais elevados (freguesias de Santa Luzia, Moncarapacho/Fuseta, Monte Gordo, Olhão, Quelfes, Conceição/Cabanas de Tavira) e valores pouco expressivos (freguesias dos concelhos de Castro Marim e Alcoutim, mas também as freguesias de Montenegro e Almancil).

Em termos globais da Área de Intervenção do Sotavento, constata-se que enquanto a população empregada nas freguesias abrangidas cresceu 2,5% (2011/2021), a população dependente da pesca diminuiu cerca de 18%, correspondendo a uma quebra do indicador de dependência de 1,9% para 1,6%.

A atividade do setor tradicional das pescas assenta em unidades familiares de pequena e média dimensão, com alguma expressão económica e social. As comunidades que estão implantadas na envolvente da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim dedicam-se exclusivamente às atividades da pesca e da apanha de marisco e asseguram uma diversidade de funções em integração com outras atividades económicas, como o alojamento e a restauração.

O desenvolvimento socioeconómico das freguesias do Sotavento abrangidas pela intervenção deverão beneficiar do estímulo a esta integração funcional e económica o qual deverá partir das sinergias entre comunidades e freguesias com tradição de trabalho em cooperação, independentemente das fronteiras administrativas.

No que se refere a outros indicadores sociodemográficos, a análise dos indicadores de atividade e de desemprego permite salientar:

- a existência de taxas de atividade superiores à média do Algarve nos concelhos de Faro e Loulé, em contraste com os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Tavira, nestes, muito por influência das extensas áreas de barrocal e serra aliadas ao maior envelhecimento e economias de subsistência;
- a existência de níveis de desemprego superiores à média regional (Censo de 2021) no caso de Vila Real de Santo António (13,2%) e bastante aproximado em Loulé (11,4%), enquanto as freguesias de Alcoutim (3%) apresentam baixas taxas de desemprego.

Tabela 10 - Indicadores de Emprego

Concelho	Taxa de atividade		Taxa de desemprego	
	2011	2021	2011	2021
Algarve	49,0	45,6	15,7	11,8
Alcoutim	32,5	33,3	8,8	3,0
Castro Marim	42,9	40,2	17,1	10,5
Faro	51,0	48,9	13,3	8,8
Loulé	49,9	46,8	15,0	11,4
Olhão	47,8	45,6	17,3	9,8
Tavira	45,5	41,5	15,1	9,1
Vila Real de Santo António	46,7	42,3	19,9	13,2

Fonte: INE

Os dados do desemprego registado evidenciam uma trajetória positiva para o Algarve e para os concelhos do Sotavento, com diminuições acentuadas do volume de desempregados inscritos nos Centros de Emprego de Faro e de Loulé. Por concelho, observam-se valores inferiores à média regional à exceção

de Vila Real de Santo António que regista um valor superior (13,2%).

Competências e conhecimento

O território de intervenção do Sotavento do Algarve possui entidades formadoras e unidades de Investigação de Desenvolvimento que constituem um importante ativo do território, na dupla ótica da qualificação dos agentes económicos (empresários, técnicos, trabalhadores,...) e na inovação dos processos produtivos e tecnológicos das principais atividades no domínio da Economia Azul. As alíneas seguintes sintetizam informação relevante, evidenciando a relação de proximidade com os potenciais utilizadores, fator de competitividade:

(a) Formação Profissional

O **Polo de Olhão do For-Mar** organiza ações de formação em diversas áreas, nas quais destacamos os cursos mais relevantes e associados ao setor da pesca e aquicultura, tais como Apanha e Produção de Moluscos Bivalves; Arrais de Pesca; Marinheiro Pescador; Gestão da Embarcação; Operador de Radiotelefonista da Classe A (VHF); Rastreabilidade e Segurança Alimentar a Bordo; Condução e Manobra de Equipamentos de Carga e Descarga.

(b) Investigação Científica

Com orientação para os recursos e atividades da Economia Azul, salienta-se a missão e atividades do **Centro de Ciências do Mar (CCMAR)**, que se dedica à I&D na área das Ciências Marinhas, nomeadamente: (i) Investigação aplicada e o desenvolvimento experimental com vista à inovação tecnológica, ao aperfeiçoamento de técnicas já conhecidas ou a facilitar a transferência de tecnologia, no âmbito das Ciências do Mar; (ii) Formação, pela investigação, de pessoal científico, técnico e técnico auxiliar destinado ao setor produtivo nas áreas em que desenvolve as suas atividades; (iii) Prestação de serviços e a cooperação com empresas e instituições científicas em áreas relacionadas com as Ciências do Mar, nos vários domínios de competência técnica das suas oficinas e laboratórios.

Ainda na esfera da I&D salienta-se a atividade do **Pólo de Olhão do Instituto do Mar e da Atmosfera (IPMA)**, nomeadamente, nos seguintes domínios de apoio às organizações, às empresas e outros utilizadores privados: (i) Alterações climáticas; (ii) Observação remota; (iii) Avaliação de risco; (iv) Sistema de alerta precoce Tsunami; (v) Avaliação e previsão do estado ambiental; (vi) Ciência e gestão nas Pescas; (vii) Tecnologias inovadoras para o desenvolvimento da aquicultura (onde se inclui a EPP0 - Estação Piloto de Piscicultura de Olhão); (viii) Apoio às atividades de valor acrescentado; (ix) Desenvolvimento em tecnologias e exploração de novos produtos.

Destaque para a recém fundada **S2AQUAcoLAB**, uma instituição privada sem fins lucrativos, que tem como missão elevar a aquicultura a um novo patamar, desempenhando um papel de interface entre a academia, a investigação e a indústria, tem como objetivo a realização de pesquisas em otimização de produção, identificação de marcadores de saúde e bem-estar, adaptações às mudanças climáticas e desenvolvimento de novos produtos para diversificação de mercado.

4. Análise SWOT

Objetivo de Política	Prioridade	Análise SWOT (para cada prioridade)	Justificação (sumária)
<p>OP2 Uma Europa mais verde, hipocarbónica e resiliente, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verde e azul, a economia circular, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a prevenção e gestão dos riscos e a mobilidade urbana sustentável</p>	<p>P3 Permitir o desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias e de aquicultura</p>	<p>Forças [10.000] 2239</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forte ligação do território de intervenção ao Mar e Rio e das comunidades ribeirinhas às atividades relacionadas com a economia azul enquanto seu alicerce económico, social e cultural; - Ria Formosa e Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, como elementos identitários, marcas referenciais do Sotavento do Algarve e berço de recursos diversificados, de elevado valor comercial; - Zonas costeiras de elevado valor natural, dotadas de instrumentos de ordenamento, de defesa e preservação das áreas sensíveis (rede natura 2000, Planos de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António); - Condições naturais, qualidade do Mar e do Rio (Guadiana), propícias ao desenvolvimento de atividades geradoras de produtos de qualidade superior (pescado, crustáceos e bivalves - ALGAS), potenciadores da imagem dos produtos do “mar do Algarve”; - Região com grande atividade turística, dispondo de condições climatéricas e praias de excelência para a prática balnear e turismo náutico, com capacidade de atração de pessoas e atividades no âmbito da economia azul; - Qualidade ambiental do meio marinho e elevado património ambiental e cultural, aliada a uma Rede de Centros urbanos atrativos com núcleos antigos e centros históricos, com referências ribeirinhas (Rio Guadiana) e marítimas (Ria Formosa); - Empresas de transformação com domínio das técnicas de produção tradicionais e saberes tradicionais associados geradores de produtos com reconhecimento em mercados de qualidade; - Presença de entidades de Conhecimento e Investigação (Universidades/CCMAR, SPAROS, S2AquaColav e IPMA) com experiência e atuação em áreas como a oceanografia, a biologia e ecologia marinha ou os recursos não vivos, que poderão ser parceiros de I&D&I das atividades económicas e das empresas; - Presença de recursos formativos de um Centro de Formação de Gestão Participada (For Mar) e o IEFP; - Eventos desportivos com projeção internacional (Vela, Regatas); - Um conjunto de infraestruturas e de equipamentos de apoio às atividades náuticas com elevada qualidade; - Experiência acumulada do GAL Sotavento no âmbito de execução das EDL e no relacionamento de proximidade com os atores locais. 	<p>Identificação dos dados estatístico usados, resultados de grupos de reflexão ou de inquéritos [20.000]</p> <p>Os dados estatísticos usados, foram os que constam na base de dados do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente os referentes aos últimos censos realizados, em 2021.</p> <p>A análise SWOT resulta de um conjunto de trabalhos preparatórios para elaboração da EDLBC, na qual foram envolvidos os parceiros, nomeadamente através de inquéritos para aferição das necessidades e quais as perspetivas de potenciais ações a desenvolver</p>

		Análise SWOT (para cada prioridade)	
		<p>Fraquezas [10.000] 1693</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturas portuárias envelhecidas, com operacionalidade deficiente, não adaptadas às novas tecnologias e sem equipamentos que privilegiem o uso de energias renováveis/eficiência energética; - Produção aquícola (piscícola) limitada a um número reduzido de espécies com forte concorrência externa; - Fraca estruturação das redes de comercialização associadas aos produtores regionais e com insuficiente valorização dos produtos; - Fraca transferência de competências escolares e conhecimento científico desenvolvido e existente nas entidades de Conhecimento e Investigação para o meio empresarial, com consequências, neste, ao nível de técnicas de gestão empresarial; - Insuficiente compatibilização da atividade da pesca com outras atividades da economia azul; - Fraco desenvolvimento de desportos náuticos, do turismo de aventura e do turismo da natureza na sub-região envolvente ao Rio Guadiana; - Fenómenos de pobreza e de exclusão social das comunidades piscatórias; - Desconhecimento da capacidade de aproveitamento dos recursos da Ria Formosa, da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António e do Rio Guadiana; - Complexidade ao nível da atribuição de competências, dos processos e procedimentos ligados ao MAR e às atividades associadas ao mesmo, com aumento ao nível burocrático e reduzida atratividade dos jovens para estas atividades; - Inexistência de espaços disponíveis nas áreas portuárias para o desenvolvimento de atividades da economia azul; - Falta de regulamentação da atividade marítimo-turística; - Sazonalidade, com a conseqüente procura turística concentrada nos meses de verão; - Ausência de respostas adequadas às componentes sociais e culturais do território de intervenção. 	
		<p>Oportunidades [10.000] 1398</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requalificação e gestão dos espaços balneares, promoção do ordenamento do território com vista à criação de condições de dinamização da economia azul; - Promoção de medidas de sensibilização e educação ambiental - Valorização dos produtos da pesca e da aquicultura - Desenvolvimento de novos produtos orientados para o turismo sénior e desportivo - Criação de novas atividades e indústrias de base tecnológica e conhecimento intensivo, alavancadas pelo Cluster do Mar; - Formação de jovens em domínios ligados ao mar e conseqüente criação de emprego(economia azul); - Diversificação das atividades da pesca e aquicultura, das espécies produzidas; 	

		Análise SWOT (para cada prioridade)	
		<ul style="list-style-type: none"> - Modernização das infraestruturas portuárias, dedicadas às atividades náuticas (estaleiros incluídos); - Certificação de produtos endógenos (sal, produtos da pesca e aquicultura) enquadrados em padrões ambientais sustentáveis; - Reabilitação/recuperação de património ambiental e cultural; - Transição energética e economia circular; - Digitalização das atividades económicas; - Transposição do conhecimento científico para o tecido empresarial; - Exploração e desenvolvimento de produtos do mar, incluindo a atividade da salinicultura; - Aumento da procura por atividades náuticas, marítimo-turística e da natureza; - Relevância acrescida das ferramentas para a formação de princípios de sustentabilidade, economia circular, economia azul, descarbonização e desenvolvimento de circuitos curtos; <p>Ameaças [10.000] 1712</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução da importância do setor das pescas, em consequência da cessação da atividade e encerramento de empresas; - Degradação social e económica das comunidades mais dependentes da pesca e descaraterização dos respetivos núcleos; - Risco de um desenvolvimento descontrolado do turismo náutico, por falta de regulação das atividades, e consequente perda de atratividade do produto; - Destruição do património natural e cultural; - Ameaças globais imprevisíveis, como as alterações climáticas, a poluição, mercados de produtos financeiros e questões pandémicas; - Impacto das alterações climáticas e da poluição das águas no estado dos recursos, na redução de possibilidades de pesca de espécies tradicionalmente capturadas e na produção aquícola, neste caso com repetição de ciclos de mortalidade; - Ausência de atores com propensão ao investimento e ao risco e ausência de entidades facilitadoras do investimento; - Expansão desordenada dos aglomerados urbanos costeiros, com consequências ao nível da degradação da envolvente portuária e natural; - Desenvolvimento de iniciativas por agentes económicos estranhos às comunidades locais, com poder económico e de “lobby”, com uma perspetiva de rápida recuperação dos investimentos realizados e de aproveitamento dos fatores favoráveis enquanto os mesmos ocorrerem, sem preocupação de sustentabilidade e aproveitando da desregulação que se verificar; - Burocracia elevada, incluindo a dificuldade de emissão de pareceres; inoperância da administração do território e consequente demora nos processos de decisão; - Estrutura empresarial de pequena dimensão, pouco resistente a desfavoráveis condições económico-financeiras de suporte ao 	

		Análise SWOT (para cada prioridade)	
		investimento produtivo e à criação e manutenção de emprego.	
		<p>Identificação das necessidades com base na análise SWOT</p> <p>[10.000] 1973</p> <p>As necessidades que a seguir se identificam, alinham com a mitigação das ameaças e o aproveitamento das oportunidades identificadas, podendo ser organizadas da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de ambiente favorável ao empreendedorismo, à criação do próprio emprego ou empresa, ao investimento para expansão de micro e pequenas empresas de base local, ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios no âmbito da economia azul e especialmente nas áreas de recursos endógenos tendo em vista reforçar as dinâmicas de diversificação das economias locais no âmbito da economia azul com melhor integração das comunidades piscatórias; - Promoção de ações para proteção preservação e regeneração dos recursos e dos ecossistemas marinhos com vista a potenciar a formação de meios de subsistência locais, diversificação de fonte de rendimentos, inclusão social e ambiental; - Reforçar a capacitação, qualificação e formação dos atores locais ao nível de atividade da economia azul, incluindo a transferência de conhecimento das entidades de I&D; - Desenvolvimento de ações no âmbito da melhoria dos produtos locais endógenos, relacionados com o meio aquático, sua distribuição e comercialização, incluindo a certificação e os circuitos curtos; - Intervenções de recuperação e valorização do património cultural, natural e edificado, associadas ao espaço marítimo, das comunidades costeiras e ribeirinhas, tendo em vista o benefício da comunidade piscatória e da aquicultura (atividades de apoio social) ou a sua fruição do público em geral; - Permitir a transição energética das atividades marítimo turísticas, seu ordenamento e regulamentação, objetivando a descarbonização das atividades exercidas na Ria Formosa, Sapal de Castro Marim e Rio Guadiana; - Criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes relacionadas com a pesca, aquicultura, salicultura e atividades náuticas, com objetivos ambientais, de eficiência energética, inovação e digitalização. 	

5. Estratégia de desenvolvimento local

Text Field [30 000] - Tem 28753

VISÃO ESTRATÉGICA

O Parque Natural da Ria Formosa e a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António são as marcas identitárias referenciais do Sotavento do Algarve e berço de recursos diversificados de elevado valor comercial. A preservação destas zonas húmidas é condição primordial para que as populações em geral e as comunidades piscatórias e da aquicultura, em particular, possam colher todos os benefícios dali gerados, incluindo os de uma economia azul sustentável, circular e inclusiva.

Num período de execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) que se receia que seja marcado pelo imperativo de ameaças globais, que se não dominam, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e integridade dos ecossistemas, as novas formas de poluição e a acidificação do oceano com impacto no MAR e RIO que integram o território de intervenção, a EDLBC do GAL Sotavento do Algarve deve participar, com o seu peso relativo, na procura de soluções, que sendo locais, contribuam para as mais abrangentes e globais, convergindo para a mitigação dessas mesmas ameaças.

O Mar e o Rio do Sotavento do Algarve, ainda que à escala regional, apresentam um enorme potencial para promover avanços no conhecimento científico, na sua experimentação e demonstração. A investigação científica permite identificar formas de proteger espécies e ecossistemas vulneráveis, de salvaguardar o património cultural, otimizar atividades económicas e induzir outras, funcionando como motor da inovação, que é fundamental para o desenvolvimento económico, criação e manutenção de emprego associado à economia azul.

A dimensão da segurança e prevenção, são determinantes para responder a ameaças, prevenindo e agindo em situações que coloquem em risco o ambiente marinho, as atividades económicas e a vida humana no mar e nas regiões ribeirinhas. A participação dos atores locais e a discussão em torno das dimensões socioeconómicas a que se quer dar resposta no âmbito da EDLBC também convergem para a necessidade de salvaguarda e melhoria de infraestruturas e património edificado.

Desta forma, a visão da EDLBC do Sotavento do Algarve, em alinhamento com a estratégia mais ampla vertida na Estratégia Nacional Para o Mar 2021-2030, visa

promover uma economia azul sustentável no território de intervenção e fomentar o desenvolvimento das comunidades piscatórias e da aquicultura, assente num Mar e Rio saudáveis.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Os Objetivos Estratégicos da DLBC alinham com a “Prioridade 3 – Promoção do desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomento do desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura” e com o seu Objetivo Especifico, o qual é “Permitir o desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomentar o desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura”, e pretendem incidir sobre as “Fraquezas”, mitigando-as, aproveitando as “Forças” com vista a potenciar as “Oportunidades” com salvaguarda das “Ameaças”, concorrendo assim para um *upgrade* do território de intervenção.

Assim, tendo por finalidade contribuir para a concretização da VISÃO ESTRATÉGICA, a Parceria do Gal Pesca Sotavento do Algarve propõe a organização lógica da sua EDLBC alicerçada em torno dos seguintes Objetivos Estratégicos (OE), estruturantes do modelo de intervenção propostos e em cuja fundamentação se enunciam, em grande medida, os indicadores de realização e de resultados.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1 – Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável.

Trata-se do Objetivo Estratégico matriciador das intervenções da EDLBC do GAL SOTAVENTO DO ALGARVE, em resposta às principais debilidades (fraquezas) identificadas, no qual convergem as prioridades de intervenção.

A economia azul, por alargamento do conceito “economia do mar”, é uma parte relevante da economia global, já que inclui todos os sectores que têm uma ligação direta ou indireta com o oceano como fonte, meio ou objetivo de negócio e do seu desenvolvimento. Ela comporta hoje um conjunto de sectores emergentes como seja a biotecnologia azul, as energias renováveis oceânicas, a produção de algas ou as tecnologias digitais e deverá ultrapassar o crescimento da economia global como um todo, quer em termos de valor acrescentado bruto, quer em termos de emprego. O seu desenvolvimento é um dos grandes objetivos desta década para Portugal, com especial enfoque nos setores emergentes acima referidos, para os quais deve o Sotavento do Algarve dar o seu contributo, designadamente no que respeita à produção de algas. Este Objetivo Estratégico está correlacionado com o objetivo estratégico 2, na medida em que deve assentar no principio base de ecossistemas saudáveis e proteção das comunidades costeiras, utilizando princípios de circularidade, inclusividade, equidade e sustentabilidade.

Ao mesmo tempo e tendo em conta o Plano de Ação para a Economia Circular, importa concorrer para o desenvolvimento de uma economia circular e de base biológica onde os princípios de redução, substituição, reutilização, reciclagem e reaproveitamento de recursos primários são o novo normal, e o consumidor pode e deve desempenhar um papel chave como indutor de práticas de comércio justo e responsável. Deve também ser inclusiva, capaz de criar emprego qualificado, de manter emprego no sector primário, nomeadamente na pesca, de promover o desenvolvimento e melhoria dos portos de abrigo e marinas, que visem uma mobilidade com menor impacto ambiental, e assegurar a sustentabilidade cultural e social das comunidades piscatórias e de aquicultura.

Deve também contribuir para reforçar a atratividade da profissão de pescador, através da diversificação das atividades, designadamente por via da melhoria das condições de trabalho e da segurança a bordo e nos portos de pesca, numa tentativa de estimular a entrada de mão de obra mais jovem neste sector. Pretende-se também influenciar o papel que as comunidades piscatórias e da aquicultura podem ter no desenvolvimento de uma economia circular e de base biológica, através do aproveitamento de recursos marinhos e do aumento da literacia do mar.

Pretende-se também obter um maior equilíbrio ao longo da cadeia de valor dos produtos originados no âmbito da economia azul, por via da valorização dos recursos endógenos das comunidades piscatórias e da aquicultura, com base numa integração sustentável do ecossistema industrial, que promova a criação de valor e o desenvolvimento das economias locais tradicionalmente mais dependentes do mar, direta ou indiretamente, pela associação a outras atividades como o turismo ou a transformação do pescado, incluído, aqui, a recuperação de produções tradicionais.

Paralelamente, pretende-se concorrer para a diversificação das atividades nos portos e marinas, facilitar o acesso ao mar, promover a criação de novas empresas e modernização de outras, para estimular a afirmação da economia azul, incluindo a transferência de conhecimento e tecnologia para atividades inovadoras e tradicionais.

Refira-se ainda, e finalmente, a pretensão de desenvolvimento de ações de proteção costeira, incluindo territórios interiores, promovendo assim o aumento da resiliência do território de intervenção.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2 – Descarbonizar a economia, promover as energias renováveis e autonomia energética, combater a poluição, proteger e restaurar os ecossistemas e promover a saúde e o bem estar das populações costeiras e ribeirinhas.

Portugal assumiu compromissos relativos à consecução da neutralidade carbónica por via da redução de emissões de gases de efeito estufa e da capacidade de sequestro de carbono e assumiu metas de redução de emissões, de incorporação de energias renováveis e de eficiência energética.

A Economia Azul (pescas, aquicultura, salicultura, produção de algas e ervas marinhas, turismo costeiro e ribeirinho, transporte marítimo, atividades portuárias e construção naval) perfila-se como potencial contribuinte para a concretização destas metas muito associadas também ao cumprimento de pontos de Agenda da COM (2021) 240 final (Neutralidade climática e poluição zero) e dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ODS 7- Energias renováveis e acessíveis; ODS 9 — Infraestruturas resilientes, industrialização inclusiva e sustentável e inovação; ODS 14 — Conservação e uso de forma sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, protegendo a vida marinha).

No âmbito do ODS 7 — Energias renováveis e acessíveis, aqui limitadas ao recurso ao fotovoltaico (energia solar), já posto em prática no território de intervenção permite a diversificação de fontes de energia endógenas e renováveis, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis e consequentemente as emissões de gases com efeito de estufa, e com contribuição para o aumento da autonomia energética.

Por outro lado, o ODS 9 implica a redução de emissões de dióxido de carbono, justificando-se também que todos os sectores de atividade da economia azul, designadamente os sectores de transporte marítimo de mercadorias e pessoas, da náutica de recreio, turismo, pesca e aquicultura, salicultura e de produção de algas e de outros produtos do mar, apostem na eficiência energética, incorporação de tecnologias inovadoras, novos materiais e processos com menor pegada carbónica, adoção de combustíveis alternativos de baixo e zero carbono (GNL, hidrogénio e combustíveis sintéticos) e de eletrificação, especialmente com recurso a energia solar.

No ODS 14, cujo Objetivo básico é o de proteger a vida marinha, tem especial relevo o carbono azul que no território de intervenção está presente em ecossistemas como os sapais e as pradarias marinhas, nas zonas costeiras interiores e oceânicas e nos seus recursos vivos e não vivos, e cuja capacidade de captação pode ainda ser alavancada com medidas especiais de incentivo à reflorestação marinha, produção de algas ou aquicultura multitrófica integrada, potenciais criadoras de empresas, de empregos e de concorrer para o desenvolvimento de comunidades piscatórias e da aquicultura.

O território de intervenção, pela sua estrutura (Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António e do troço do Rio Guadiana) e pela sua posição biogeográfica e função de maternidade de diversas espécies marinhas, tem que considerar os vetores da proteção ambiental e da conservação da biodiversidade como essenciais para o seu sucesso nas diferentes vertentes da economia azul e na afirmação e desenvolvimento das comunidades piscatórias e da aquicultura existentes, em alinhamento com a ODS 14 e com a Agenda da COM (2021) 240 final (Neutralidade climática e poluição zero; Economia circular e redução de poluição; Preservação da biodiversidade e investimento na natureza; Apoio à adaptação às alterações climáticas e à resiliência nas zonas costeiras).

Este desiderato obriga a que no território de intervenção sejam identificados os ecossistemas, habitats e espécies marinhas que estão mais ameaçados e que seja desenvolvida, ou aproveitada se já existente, investigação aplicada de suporte à proteção dos mesmos e à recuperação dos ecossistemas degradados, a qual passará

também pela procura de melhores práticas na utilização do espaço marítimo (e classificação de áreas marinhas e costeiras).

Por outro lado, obriga à convergência de conhecimento científico, desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas nos sectores da economia azul, e não só, que permitam reduzir os efeitos das ameaças e monitorização e vigilância dos “status”. A aposta na prevenção dos impactos nos ecossistemas não deve fazer descurar o desenvolvimento de soluções regenerativas que permitam recuperar ecossistemas marinhos degradados, fixar carbono e reconvertê-lo para a cadeia alimentar, como antes já se considerou, nem soluções tecnológicas de combate à poluição, seja por plásticos, micro-plásticos e outras substâncias perigosas, ou lançamento de soluções de redução de lixo marinho e equipamentos abandonados que sejam gerados por atividades marítimas ou por outras, designadamente nas zonas envolventes dos aglomerados populacionais e zonas de lazer e fruição.

A melhoria dos ecossistemas marinhos reflete-se na saúde e bem-estar das populações costeiras e ribeirinhas, seja na função pouco reconhecida de disponibilidade de oxigénio e sequestro de dióxido de carbono, seja na possibilidade de consumo regular de produtos da pesca, apanha e aquicultura.

Desprezando, no contexto da presente EDL, o potencial, das zonas líquidas e húmidas do território de intervenção, de substâncias bioativas, deve considerar-se a sua importância para a qualidade de vida e saúde humana em atividades associadas à estética e bem-estar geral, como seja a talossoterapia, já praticada, e a algoterapia, por exemplo, por aproveitamento, nestes casos, de salinas abandonadas.

Refira-se, finalmente, que os ecossistemas marinhos e costeiros oferecem oportunidades para atividades recreativas, com benefícios para a satisfação estética, melhorias na saúde física e mental e um sentido acrescido de bem-estar. Estes serviços naturais e culturais, se desenvolvidos, constituem instrumentos de qualificação ambiental e da vida dos cidadãos, contribuindo também para a sustentabilidade e resiliência das comunidades piscatórias e de aquicultura, podendo ser potenciados se associados a ações em património edificado, natural e simbólico, naturalmente associado ao espaço marítimo, tendo em vista a fruição pela comunidade piscatória e público em geral.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3 – Apostar na Garantia da sustentabilidade e na segurança alimentar.

De acordo com o Observatório Europeu do Mercado dos Produtos da Pesca e da Aquicultura (EUMOFA) Portugal é um dos países com maior consumo de pescado per capita na UE e importará cerca de 75 % dos produtos de origem marinha que consome. O território de intervenção da presente EDL acompanha esta tendência e o património associado à “Marca Algarve” concorre para a sua sustentação e até reforço.

A Agenda da Inovação para a Agricultura integra a meta “Aumentar em 20 % o nível de adesão à Dieta Mediterrânica” e o Programa Nacional para a Promoção da

Alimentação Saudável reconhece que no quadro do padrão alimentar mediterrânico se destaca o peixe (e outros produtos marinhos) e o incremento do seu consumo, em detrimento da carne e produtos cárneos.

No alinhamento com estes objetivos é forçoso considerar a necessidade de uma exploração sustentável dos recursos marinhos, do crescimento da aquicultura, incluindo a produção multitrófica integrada (combinação da alimentação em aquicultura com a aquicultura extrativa vegetal – algas- e extrativa animal-mariscos- para criação de sistemas equilibrados para a sustentabilidade ambiental, estabilidade económica e aceitação social), do aprofundamento das práticas de “desperdício zero”, da valorização integral dos resíduos e subprodutos, tudo com garantia de que os princípios da rastreabilidade são cumpridos e aprofundados, com vista à observação da segurança alimentar.

Os mesmos objetivos, tendo por base a sustentabilidade dos recursos marinhos e dos ecossistemas, passarão pelo desenvolvimento do conhecimento científico, diversificação dos recursos explorados e compromisso com nichos de mercado que valorizem a qualidade e que apontem para o reforço do consumo de espécies de proximidade e de consolidação de circuitos curtos de comercialização e de marketing comercial. Passarão também, com vista à sua perduração no tempo, pela promoção de ações de sensibilização da população, nomeadamente da comunidade escolar.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4 – Estimular o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico, inovação azul e incrementar a educação, a formação, a cultura e a literacia do oceano.

O *upgrade* da Economia do Mar para a Economia Azul, reforça o princípio da sustentabilidade que obriga a prosseguir uma utilização dos recursos marinhos e dos seus ecossistemas de uma forma mais esclarecida e desejavelmente, se não obrigatoriamente, com maior apoio e recurso ao conhecimento científico.

A fragilidade do público alvo da Prioridade 3 do PO Mar 2030 e a sua fraca literacia sobre o MAR e RIO reduzem a apetência do mesmo para ultrapassar o “saber fazer tradicional” e a inevitabilidade de um futuro de insucesso previsível, circunstâncias que importa inverter.

O conhecimento científico e a sua transferência para o público alvo são transversais aos objetivos estratégicos desta EDL, em que convergem as ações de consolidação e desenvolvimento de atividades e de empregos e podem concorrer para aquela inversão.

Ganham, assim, importância as universidades, os centros de investigação, os laboratórios do Estado e os Laboratórios Colaborativos, designadamente os que já dispõem de estruturas no território de intervenção ou que, localizados em outros territórios, estão especialmente vocacionados para áreas da Economia Azul, com vista à sua

intervenção na investigação e promoção do conhecimento científico.

As metodologias destas entidades de investigação deverão tendencialmente envolver os atores locais aproveitando o seu conhecimento ecológico, cultural local e o comprometimento futuro com a operacionalização dos resultados obtidos.

Também as abordagens multidisciplinares e colaborativas e promoção da difusão dos resultados, dos avanços, processos e produtos e transferência do conhecimento para as empresas ganham uma importância acrescida, a qual se estende ao desenvolvimento de projetos piloto e de demonstração.

A operacionalização do conhecimento científico, do desenvolvimento tecnológico e a inovação azul faz carrear para a EDL a necessidade de incrementar a educação, a formação, a cultura e a literacia do oceano (Mar e Rio) com vista à capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que já estejam em atividades ligadas ao mar ou que o pretendam. Esta visão insere-se também na estratégia de potenciar a transferência do desenvolvimento científico para as atividades económicas e concretizar o *upgrade* acima referido com aposta na Literacia do Oceano e respeito pelo mesmo.

Estes objetivos estratégicos organizam-se em torno das seguintes áreas prioritárias de intervenção:

- Ciência e inovação
- Educação, formação, cultura e literacia do oceano
- Biodiversidade
- Bioeconomia e biotecnologia azul
- Atividades de turismo, náutica de recreio e desporto
- Portos e marinas
- Património edificado, natural e simbólico associado ao espaço marítimo
- Ações de cariz social
- Estaleiros, construção e reparação naval
- Gestão do litoral, obras e infraestruturas

alinhando com a Estratégia Algarve 2030 (RIIS3 2.0), designadamente com os seus objetivos:

- Um Algarve mais inteligente
- Um Algarve mais verde e hipocarbónico

- Um Algarve mais social
- Um Algarve mais próximo das pessoas

Consequentemente, materializam-se nas seguintes tipologias de ações:

- Definição e implementação de ações de cooperação territorial;
- Diversificação da economia local e/ou desenvolvimento de novos setores da economia azul, capitalizando os vários usos costeiros possíveis para além do turismo;
- Projetos de dinamização dos territórios com financiamento a projetos de inclusão social, ambiental, inovação, desenvolvimento económico e digitalização;
- Ações de capacitação e sensibilização em matérias como o impacto das atividades humanas no ambiente, poluição e lixo marinho, abordagens ecossistémicas e desafios associados às alterações climáticas;
- Projetos piloto e transferência de experiência e conhecimento;
- Desenvolvimento de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Criação e/ou apoio a micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar, com especial incidência em atividades económicas sustentáveis;
- Sensibilização e formação sobre processos de produção e gestão ambientalmente sustentáveis, técnicas inovadoras e tecnologias, fazendo uso de soluções digitais;
- Investigação que considere as diferentes possibilidades económicas no meio marinho subjacente à comunidade costeira, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação humana;
- Capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático;
- Estímulo ao empreendedorismo e melhoria das competências e da capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira empresarial;
- Realização de ações em património edificado, natural e simbólico, associado ao espaço marítimo, tendo em vista a fruição pela comunidade piscatória ou a sua mostra e fruição ao público em geral;
- Criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca, aquicultura e atividades náuticas;
- Melhoria da qualidade dos produtos e promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios do consumo de produtos sustentáveis;

- Promoção dos circuitos curtos de distribuição e comercialização;
- Criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação;
- Iniciativas locais suscetíveis de contribuir para prevenir ou reduzir o lixo de plástico no mar, o escoamento de nutrientes para o mar, bem como a utilização dos pesticidas químicos e riscos associados;
- Iniciativas de conservação da biodiversidade, como sejam o restauro dos sistemas de vegetação costeira, como as terras banhadas pela maré, os mangais e as pradarias de ervas marinhas – que acumulam «carbono azul» no material vegetal, solos e sedimentos – e capitalização de oportunidades económicas daí decorrentes;
- Desenvolvimento de infraestruturas outras verdes que ajudem a preservar a biodiversidade, os ecossistemas costeiros e as paisagens, reforçando o desenvolvimento sustentável do turismo e da economia das regiões costeiras;
- Iniciativas focalizadas na utilização dos recursos marinhos de forma mais eficaz e na escolha de fontes alternativas de alimentos para consumo humano e animal;
- Recolha de dados relativos aos oceanos e seus ecossistemas, suscetíveis de contribuir para uma transformação duradoura da economia azul e para a tomada de decisões informadas;
- Ações suscetíveis de contribuir para a criação de carreiras azuis e melhoria da perceção pública acerca das mesmas.

Perspetiva-se, assim, atingir uma concordância relativamente ao Objetivo Estratégico 5 da União - Uma Europa mais próxima dos cidadãos, através do fomento do desenvolvimento sustentável e integrado de todos os tipos de territórios e das iniciativas locais, sem descuidar o Objetivo Estratégico 2 - Uma Europa mais verde, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente, através da promoção de uma transição energética limpa e equitativa, de investimentos verdes e azuis, da economia circular, da atenuação das alterações climáticas e da adaptação às mesmas, da prevenção e gestão dos riscos e da mobilidade urbana sustentável.

Decorre destes pressupostos, um conjunto de intervenções perspectivadas pelos atores locais, assumidos pelas entidades parceiras como projetos estruturantes da EDL do território de intervenção, sendo os mais estruturantes os seguintes:

Promoção da produção sustentável de bivalves na Ria Formosa - (IPMA)

A produção de bivalves no território de intervenção é um setor relevante no quadro da economia azul que tem atraído investidores nomeadamente na produção de ostras e ameijoas. No entanto esta atividade tem assistido a níveis elevados de mortalidade para que importa encontrar razões e definir critérios de mitigação, o que passa pela criação de um programa de investigação e monitorização dos bivalves, coordenado pelo IPMA e com a colaboração de outras entidades como a Universidade

do Algarve, a Agência Portuguesa do Ambiente, S2AquaColab, Cooperativa Formosa, AMIC, entre outros.

Com o referido projeto espera-se obter os seguintes resultados:

- Criação de sistemas de alerta de bem-estar animal, baseados em bioindicadores.
- Ordenamento da atividade da moluscicultura.
- Gestão ambiental para Ria Formosa.
- Mitigação dos efeitos das alterações climáticas.
- Promover a produção de bivalves sustentável incentivando a criação de uma economia circular.
- Desenvolvimento de parcerias de cogestão.

Zona de trabalho para apoio e modernização às atividades piscatórias e moluscicultura, com produção energética fotovoltaica - (C-COOP)

A zona de intervenção prevista, com potencial turístico extremamente elevado, carece de uma requalificação a nível estrutural que integre um modelo de gestão energética, de gestão de resíduos, gestão de água e criação de mecanismos de responsabilidade social.

Os objetivos principais desta intervenção são:

- Requalificar e dignificar toda a área num local ambientalmente e socialmente sustentável, recuperando a zona mais degradada do núcleo Piscatório; Descrever de forma detalhada as diferentes componentes do sector pesqueiro e aquícola no núcleo Piscatório da Culatra: Pesca; Apanha de Bivalves, Aquicultura, e Cadeias de valor (fileira do peixe, bivalve e ostras);
- Incrementar a capacidade de produção fotovoltaica com a instalação de 200kwp que permitirá o combate à pobreza energética, promovendo a coesão social e criando emprego;
- Implementar um modelo de economia participativa, que permita a distribuição de custos e proveitos de geração renovável, e que suporte o envolvimento da comunidade, o investimento em novos equipamentos e o seu funcionamento num horizonte temporário de décadas e que possa servir de exemplo de sucesso para qualquer comunidade piscatória no País;

- Criar uma zona de sombreamento que permite aos pescadores desenvolverem as suas atividades, protegidos do sol e chuva, e num conceito de trabalho cooperativo;
- Criar um armazém multiusos onde serão colocados os sistemas de armazenagem de energia, bem como os equipamentos adquiridos para promover a economia circular (máquina de ostra, máquina plástico zero, etc).

Criação e modernização de infraestruturas Náuticas no Rio Guadiana - (Município de Alcoutim)

O concelho de Alcoutim insere-se numa região de baixa densidade populacional e rarefação de atividades produtivas, tendo o Rio Guadiana como uma das principais vias de acesso e com potencial de desenvolvimento para esta região, designadamente em atividades ligadas à pesca e ao turismo náutico.

Face a esta situação é de importância vital que sejam desenvolvidas infraestruturas náuticas com vista à promoção de condições para o surgimento de atividades da economia azul, assim como a alavancagem de desportos náuticos, por forma a potenciar fluxos de visitantes e aumentar a dinâmica empresarial.

Os objetivos pretendidos são:

- Ordenamento das zonas fluviais;
- Criação e modernização de estruturas náuticas;
- Criação de infraestruturas turísticas e desportivas

Porto Urbano Inteligente - (Docapesca)

Enquanto entidade reguladora com preponderância na fileira da pesca e atividades conexas e da náutica de recreio, e que possui a exploração de portos de pesca e lotas, bem como a exploração de infraestruturas de apoio a utentes, produção de gelo e frio, a Docapesca planeia desenvolver no porto de pesca de Olhão um novo conceito através do desenvolvimento de um ecossistema digital no porto de pesca enquadrado em malha urbana, disponibilizando serviços que acrescente valor e produzam um impacto positivo nos seus utilizadores, baseado em tecnologia existente, ou a desenvolver, que contribua para uma utilização mais eficiente dos recursos, facilitação da acessibilidade, melhoria do controlo e gestão dos espaços.

Os serviços e tecnologias a implementar, serão enquadrados em 2 eixos através das seguintes intervenções:

Eixo A - Sustentabilidade

- Contadores Inteligentes de energia elétrica e água
- Produção Fotovoltaica
- Iluminação Pública Inteligente
- Postos de Carregamento Veículos Elétricos
- Monitorização da Qualidade do ar e água
- Aplicação “Mar Sem Lixo”
- Modelo Preditivo de Gestão

Eixo B - Acessibilidade

- Controlo de Acesso a Embarcações
- Plataforma Única de Gestão de Recursos Humanos
- Portal Licenciamento
- Balcão Digital
- Porto Virtual
- Aplicação Marina Digital
- Aplicação Alagem
- Free WiFi
- Aplicação Meu Porto

-
- Lota em Direto

Eixo A+B

- Gestão Remota Abastecimentos a Embarcações
- Leilão a Bordo
- A Lota em Casa
- PERaia

No porto de pesca foram identificados e espera-se que venham a usufruir dos serviços e tecnologias a implementar, no âmbito do Porto Urbano, os seguintes atores:

- Trabalhadores da Docapesca;
- Armadores;
- Pescadores;
- Comerciantes;
- Habitantes da cidade;
- Fornecedores;
- Industriais de transformação de pescado;
- Construtores navais.

6. Principais Intervenções do FEAMPA

Text Field [10 000] 1237

Após análise dos contributos dos parceiros e construção da respetiva matriz SWOT, considerando as principais intervenções do FEAMPA, em consonância com as orientações emanadas pela Comunicação da Comissão Europeia sobre o desenvolvimento de uma Economia Azul Sustentável COM (2021) 240 final, identificam-se os principais domínios de intervenção:

- Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável
 - *Economia circular e prevenção de resíduos*
 - *Investimento*
 - *Competências e empregos azuis*
- Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética
 - *Neutralidade climática e poluição zero*
 - *Investimento*
- Incrementar a educação, formação, a cultura e literacia do oceano
 - *Conhecimento do oceano*
 - *Participação dos cidadãos e literacia oceânica*
- Estimular o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e inovação azul
 - *Investigação e inovação*
- Combater a poluição, restaurar os ecossistemas e promover a sustentabilidade e segurança alimentar
 - *Neutralidade climática e poluição zero*
 - *Biodiversidade e investimento na natureza*
 - *Produção alimentar responsável*
 - *Ordenamento do espaço marítimo*

Os potenciais destinatários são as entidades singulares ou coletivas, do setor público, cooperativo, social ou privado com ou sem fins lucrativos.

7. Indicadores

Indicadores de Realização Comuns

Indicador	Unidade de Medida	Objetivo	Meta
		(2024)	(2029)
Operações	Nº	7	40

Indicadores de Resultado Comuns

ID	Indicador	Unidade de Medida	Meta (2029)	Origem dos dados [200]	Comentários [200]
CI 03	Empresas Criadas	Nº	5	Dados indicados nas candidaturas aprovadas no período de programação anterior (2014/2021)	Baseado no histórico de aplicação do FEAMP em tipologias de intervenção análogas ao OE3 do FEAMPA, considerando um ambiente económico financeiro desfavorável ao empreendedorismo e criação de emprego
CI 06	Postos de Trabalho Criados	Nº de pessoas	24	Dados indicados nas candidaturas aprovadas no período de programação anterior (2014/2021)	Baseado no histórico de aplicação do FEAMP em tipologias de intervenção análogas ao OE3 do FEAMPA, considerando um ambiente económico financeiro desfavorável ao empreendedorismo
CI 07	Postos de trabalho mantidos	Nº de pessoas	70	Dados indicados nas candidaturas aprovadas no período de programação anterior (2014/2021)	Baseado no histórico do FEAMP em tipologias de intervenção análogas ao OE3 do FEAMPA e considerando um ambiente económico financeiro desfavorável e à imprevisibilidade dos conflitos geopolíticos.

8. Lista de operações planeadas de importância estratégica para a execução da EDL– Projetos Âncora

Designação	Beneficiário	Calendário	Montante Investimento (€)	FEAMPA (€)
Promoção da produção sustentável de bivalves na Ria Formosa - VER VALOR MAX FINANCIAMENTO	IPMA	2025-2026	600.000	420.000
Zona de trabalho para apoio e modernização às atividades piscatórias e moluscicultura, com produção energética fotovoltaica	C-COOP	2025-2026	500.000	350.000
Criação e modernização de infraestruturas Náuticas no Rio Guadiana	Município Alcoutim	2026-2027	1.000.000	700.000
Porto Urbano Inteligente	Docapesca	2023-2026	1.100.00	770.000

9. Instrumentos de gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da EDL

Text Field [10 000] 2973

A implementação de um sistema de gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da

EDL do Sotavento do Algarve, centrado nas dinâmicas de aprovação e execução dos projetos aprovados, é fundamental para um acompanhamento permanente de execução dos projetos e da própria Intervenção, bem como para proceder à avaliação da sua eficácia na relação com os objetivos e resultados esperados definidos.

Por forma a assegurar um acompanhamento dos projetos e da Intervenção, o GAL Pesca do Sotavento Algarve propõe-se implementar os seguintes procedimentos e instrumentos de monitorização:

Instrumentos

O trabalho de monitorização a desenvolver pelo GAL Pesca deverá assentar na realização das tarefas técnicas seguintes:

- Preenchimento de Relatórios de Acompanhamento/verificação física onde sejam evidenciados os resultados das verificações e as medidas a adotar para correção das anomalias eventualmente detetadas;
- Perceção real dos processos de implementação e dos seus resultados com a regularização expedita de eventuais anomalias por parte do beneficiário e/ou o levantamento de boas práticas que possam ser divulgadas e implementadas por outros beneficiários;
- Entendimento sobre a qualidade do trabalho em curso e dos contributos para os resultados esperados, numa perspetiva de aprendizagem e melhoria da eficácia e eficiência, tendo em conta os objetivos e os meios para os alcançar.

Acompanhamento

No acompanhamento da implementação e execução da EDL, e na ótica da Avaliação, a Estrutura Técnica do GAL Pesca deve assegurar os seguintes resultados operacionais:

- Atualização da Estratégia, em caso de alteração das circunstâncias face à situação de partida;
- Resolução de desvios de projetos previstos e respetivo cofinanciamento face ao esperado, através de ações enquadradas em conjunto com os beneficiários;
- Adoção de medidas de envolvimento dos elementos da Parceria e de outros atores locais que contribuam para uma implementação plena da Estratégia.

Avaliação

A implementação da EDL contará com procedimentos de avaliação, fundados nos objetivos seguintes:

- Avaliar as operações realizadas, tendo presente a execução física e financeira da intervenção na sua globalidade, face às metas previstas.
- Avaliar os principais resultados alcançados e impactos face aos objetivos definidos, indicadores e metas propostos.
- Avaliar o desempenho da Parceria (capacidade de mobilização de recursos, capacidade de dinamização da rede de parceiros, capacidade para conduzir processos de cooperação, ...).
- Identificar os fatores internos ou externos à Parceria que condicionaram ou que, por outro lado, potenciaram a implementação da Estratégia e os respetivos resultados sobre a área de intervenção.
- Produzir conclusões e elaborar recomendações/propostas no sentido de melhor adaptar a estratégia para amplificar os seus resultados e o impacto, face aos objetivos definidos e tendo sempre presente as necessidades da área da intervenção.
- Contribuir para a avaliação do Programa Operacional Mar 2030.

10. Estratégia de dinamização da procura qualificada dos apoios da EDL

Text Field [10 000] 5998

O Programa de Intervenção proposto para a zona costeira do Sotavento do Algarve, bem como as ações que o compõem serão naturalmente objeto de um plano de divulgação que incluirá vários meios de difusão de informação, com vista a atingir toda a comunidade piscatória do território de intervenção.

Embora as associações representativas sejam atualmente parceiras do Grupo de Ação Local Pesca do Sotavento do Algarve - o que garante uma atuação pró-ativa junto dos associados e, por conseguinte, uma cobertura desde logo muito significativa do grupo-alvo - considera-se que deverá ser implementado um conjunto integrado de ações de informação, junto dos profissionais da pesca, da aquicultura e suas famílias, que permita divulgar ampla e atempadamente as iniciativas e esclarecer diretamente dúvidas que os diversos mecanismos de apoio possam suscitar junto dos potenciais beneficiários.

Os meios a privilegiar passam pela criação de uma página web para divulgação permanente do Programa, das suas iniciativas e da abertura de concursos para apoio a projetos públicos e privados, pela organização de seminários e colóquios de informação e esclarecimento a potenciais beneficiários, pela edição de folhetos e brochuras gerais e especializadas para as diversas áreas de intervenção e, finalmente, pela publicação de um Boletim Informativo periódico a distribuir não só pela comunidade piscatória mas, igualmente, pela população em geral dos municípios abrangidos.

Será também estabelecida cooperação com entidades com intervenção junto de grupos populacionais específicos, suscetíveis de integrar destinatários das medidas previstas na EDLBC, com vista à difusão e publicitação desta e das medidas de apoio previstas.

Estas ações serão devidamente articuladas entre si e calendarizadas de acordo com o plano de lançamento das diversas áreas do Programa, designadamente avisos de concurso ou prazos previamente definidos em regulamento. Naturalmente que haverá uma incidência forte das ações de divulgação em 2023 a 2025, previsivelmente o período correspondente ao lançamento do Programa, explicação dos seus objetivos, explicitação das atuações previstas e seus beneficiários, apoios financeiros, mas o plano de divulgação terá a duração do programa - prosseguirá até 2027 - visto que anualmente haverá concursos para apoio a projetos.

As atividades de animação e acompanhamento serão asseguradas e dinamizadas pela Estrutura Técnica (ET) em colaboração e envolvimento com a parceria, com o objetivo de realização de sessões de informação, apoio técnico e capacitação dos promotores de projetos, divulgação e publicitação dos projetos apoiados, assim como outras atividades que os parceiros considerem adequadas e relevantes para o desenvolvimento da EDLBC.

As ações de divulgação e informação constituirão igualmente uma ferramenta de gestão do próprio Programa e um meio de suscitar novas procuras no caso de alguma área de intervenção estar a ter uma recetividade abaixo do previsto.

As ações de animação e promoção do território assumem como princípios orientados que:

- o conhecimento e a participação alargada dos atores territoriais na implementação de uma estratégia de desenvolvimento é crucial para o sucesso da estratégia, para a sua monitorização, acompanhamento e avaliação e posterior divulgação dos resultados obtidos;
- as ações a dinamizar e promover devem ser delineadas de acordo com os objetivos e públicos específicos a que se pretende atingir;
- devem-se procurar sinergias com ações de animação promovidas no âmbito de outras estratégias regionais/locais, no sentido de se contribuir para uma visão do território coesa e

articulada para mais facilmente se avaliar as complementaridades entre os diversos instrumentos disponíveis;

- as ações devem privilegiar o contacto direto, em particular as destinadas aos potenciais beneficiários dos apoios/promotores de projetos, e mobilizar meios e canais adequados à realidade do território e dos seus agentes;
- deve privilegiar-se a divulgação e a mobilização de canais existentes e com histórico de proximidade com os potenciais beneficiários dos apoios, nomeadamente as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e as Associações.

E pretendem responder aos seguintes objetivos (internos e externos):

- dar a conhecer a EDL interna e externamente, e a evolução da sua implementação ao longo das diversas fases;
- aumentar os níveis de participação ativa de todos os agentes territoriais ao longo das diversas fases de implementação da EDL;
- otimizar o fluxo de informação e organizar uma comunicação eficiente;
- promover a visibilidade interna e externa do território do Sotavento Algarvio.

O principal público-alvo das ações de animação e comunicação pode distinguir-se entre o público interno e o externo, sendo possível identificar desde já as correspondências seguintes :

- Público interno: ações de informação e formação dirigidas aos técnicos da ET e dirigentes do GAL diretamente ligados à gestão da EDL tais como Câmaras Municipais e outros agentes da Parceria, Técnicos envolvidos na implementação da Estratégia e Órgão de Gestão da Parceria.
- Público externo: ações de divulgação e informação dirigidas aos beneficiários/potenciais destinatários das ações da EDL, tais como agentes económicos (pescadores, aquicultores), jovens, empreendedores, pessoas e grupos sociais desfavorecidos e população em geral.

Resumindo, pretende-se aplicar as seguintes ações de animação e promoção do território:

- Criar dispositivos de informação da população local com ações na área de intervenção;
- Criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local Costeiro (EDLC);
- Promover a aplicação e articulação coerente dos instrumentos de política incidentes na área costeira de intervenção;
- Promover o encontro e o diálogo entre as pessoas, a aproximação entre os sectores, o intercâmbio do saber e a complementaridade entre as competências;
- Promover os recursos endógenos da Área Costeira de Intervenção.

11. Estratégia de dinamização da parceria na conceção e no acompanhamento da execução da EDL

Text Field [10 000] 6405

A implementação da EDL no território será um processo pautado pela participação ativa dos diferentes atores locais/regionais, sendo essa participação fulcral para o bom desenvolvimento da estratégia e estando fortemente ligada/dependente das ações de comunicação e animação a ser executadas no decorrer da implementação da estratégia.

Esta Parceria possui experiência na gestão de instrumentos de política de Desenvolvimento Local e Regional, desde logo, a experiência de gestão e implementação do Eixo 4 do PROMAR e da Prioridade 4 do MAR 2020 no Sotavento do Algarve.

Das 26 entidades que integram a Parceria do GAL Pesca do Sotavento Algarve para o período 2021/2027, 25 já integravam a Parceria do GAL Sotavento Algarve para o período 2014/2020 e por esta via partilham experiências de cooperação incluindo a preparação e divulgação de uma Estratégia de Desenvolvimento Costeiro. Regista-se, no entanto, a substituição da Associação MARALGARVE pela Associação ODIANA, uma vez que a primeira não demonstra atividade no território e a recém incorporada é uma entidade com histórico na dinamização do território onde se insere.

Este conjunto de Entidades representadas permite dotar a Parceria com as seguintes vertentes/valências:

- Participação pública, mantendo os 7 Municípios do Sotavento, onde se inclui o de Alcoutim, o que garante uma participação da vertente estuarina e de freguesias interiores, e com a participação de entidades com funções reguladoras, tais como a Docapesca, o IPMA e o FORMAR;
- Reforço da participação privada, combinando as vertentes investigação científica, inovação e Associativismo de Produtores (nacional e local).

Os Municípios têm uma vasta experiência na gestão de projetos cofinanciados por Fundos Estruturais bem como de Iniciativas Comunitárias (LEADER, INTERREG e EQUAL) e no caso específico do Parceiro Gestor (Município de Olhão) acresce a gestão do GAC Sotavento Algarve (PROMAR - 2007/2013) e GAL Pesca Sotavento Algarve (MAR 2020 - 2014/2020)

A Universidade do Algarve e o IPMA, coordenam, participam e promovem projetos de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e prestação de serviços no domínio das Ciências Marinhas contribuindo para o conhecimento e a transferência de tecnologia na dinamização de estratégias e programas nacionais, com base na gestão de recursos de financiamento de suporte à implementação desses projetos.

As Organizações de produtores, Associações do setor das pescas, Cooperativas de produtores e Associações/IPSS têm dinamizado, nos respetivos setores e territórios (comunidades piscatórias e da aquicultura), a implementação de projetos, ações e iniciativas orientadas para o desenvolvimento económico e social.

A Docapesca atua na cadeia de valor da fileira da pesca e atividades conexas e da náutica de recreio, criando as condições adequadas à valorização do pescado.

O processo preparatório desta candidatura envolveu desde o início os membros da Parceria, no verdadeiro espírito *bottom-up*, já que todos foram inquiridos, não só na identificação de possíveis projetos âncora mas também através do preenchimento de um Questionário, tendo sido, igualmente, inquiridos vários agentes representantes e representativos, nas respetivas esferas específicas, de comunidades com interesse na economia do mar ou com a mesma interligados.

A inquirição aos atores contemplou áreas chave de contributo, designadamente:

- Contributos para o diagnóstico da situação no território de incidência, no âmbito da atividade económica ligada ao mar (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças);
- Objetivos e necessidades consideradas importantes, nas respetivas zonas de intervenção/ação relativos ao mar e sua economia;
- Atividades económicas da Economia do Mar com maior potencial de desenvolvimento;
- Identificação de projetos que se proponham à promoção/concretização, relacionados com o mar e sua economia.

Com base nos contributos recolhidos com o devido enquadramento nos investimentos de planeamento local, regional, nacional e com o empenhamento da Parceria procedeu-se a:

- Diagnóstico da situação do território de incidência (dificuldades, potencialidades, ...);

- Proposta de Estratégia e resultados esperados.

As propostas foram organizadas de acordo com os contributos previamente recolhidos dos parceiros e explicitaram na ótica do Sotavento as referências ao “Mar” e “Rio” constantes da programação de desenvolvimento regional e do PO Mar 2020, os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (análise SWOT), as áreas de intervenção/operações identificadas pelos parceiros e as operações passíveis de serem apoiadas no âmbito do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais (CLLD).

Com base nos contributos adicionais recolhidos, foi trabalhada tecnicamente a organização da Candidatura para o reconhecimento da Parceria e para a formalização do respetivo Protocolo, o qual está especialmente vocacionado para ser amplamente representativo das partes interessadas, da zona de intervenção e garantir uma gestão aberta, transparente e responsável, tanto perante as comunidades locais, como perante as autoridades supervisoras.

De facto, o Protocolo de Parceria:

- É subscrito por entidades congregadoras de interesses locais, com atividade efetiva no território de intervenção;
- É suscetível de ser alargado a outros participantes;
- Tem por órgão deliberativo máximo a Assembleia de toda a Parceria;
- Tem por órgão de administração e vinculação, o Órgão de Gestão constituído por parceiros;
- Tem um Parceiro Gestor que assume a respetiva administração técnica e financeira.

O desempenho desta Parceria, será, em todas as fases, aprofundado com os parceiros e com outros atores locais, com vista à boa elaboração/execução da EDLBC Costeiro.

O modelo de organização da EDLBC, passa por um exercício conjunto e o seu aprofundamento será feito por via de meios de comunicação, ditos normais, bem como por via de uma plataforma interna própria de comunicação e recolha de contributos participada por todos os membros da Parceria.

Todos os contributos gerados que se revelem de interesse para a Estratégia, serão partilhados por todos os parceiros de modo a criar sinergias ao nível do debate de opiniões, com vista à boa execução da EDLBC.

A referida plataforma, que poderá passar por uma página web, congregará toda a informação relativa à execução, funcionamento e programação de todas as atividades do GAL Pesca Sotavento Algarve.

12. Identificação do contexto operacional da Entidade Gestora, designadamente, do seu papel no âmbito de outros Programas de Investimento ou de outras iniciativas de carácter local e/ ou europeu

Text Field [10 000] 9314

O Parceiro Gestor tem participado como entidade promotora em diversos projetos no âmbito regional, nacional e internacional. Foi a entidade interlocutora num projeto da Iniciativa Comunitária EQUAL em colaboração transnacional com o projeto espanhol SURATLÂNTICO e participou no projeto INCUBE da I.C. INTERREG IIIA. Promoveu ainda uma candidatura ao abrigo do Eixo 3 do PROMAR, para aquisição de coletes de salvação. Também foi o parceiro gestor na parceria de suporte do GAC Sotavento do Algarve no âmbito do Eixo 4 do PROMAR e do GAL Pesca

Sotavento do Algarve no âmbito da Prioridade 4 do MAR 2020.

A experiência de gestão na implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária encontra-se alicerçada no desempenho de um conjunto relevante de funções e tarefas técnicas que habilitam o Parceiro Gestor para a gestão e execução da futura EDL para o Sotavento, designadamente através dos elementos da Estrutura Técnica afeta ao GAL, nas seguintes vertentes de experiência:

Análise, Acompanhamento e Controlo de Candidaturas/Projetos

- Emissão de pareceres sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio;
- Hierarquização dos pedidos de apoio;
- Análise dos pedidos de pagamento;
- Recolha de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros referentes a operações apoiadas, no âmbito do GAC Sotavento/GAL Sotavento e de outras medidas do PROMAR e do PO MAR 2020 (conforme o período), na sua área de intervenção;
- Verificação física da realização dos investimentos apoiados;
- Técnicos da Estrutura Técnica credenciados pelo IFAP.

Animação e divulgação

- Criação de dispositivos de informação e difusão junto dos atores locais;
- Execução de ações, dinamização dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da estratégia subjacente ao GAC/GAL;
- Aplicação e articulação dos instrumentos de política incidentes na área de intervenção;
- Promoção da convergência entre as pessoas e os setores, do intercâmbio do saber e da complementaridade entre as competências;
- Promoção dos recursos endógenos da área de intervenção.

Cooperação

- Promoção de contactos com outros GAL e entidades/instituições nacionais com intervenção no desenvolvimento sustentável das zonas costeiras;
- Constituição de redes de cooperação inter-regional ou transnacional e de divulgação de boas práticas entre grupos nas zonas de pesca;
- Participação na criação da rede nacional de GAC;
- Experiência na organização de eventos, como a o 3º Encontro Nacional de GAC's e Co-Organização do "Sexto Seminario Europeo para los agentes del Eje 4";
- Cooperação com atores da zona de intervenção com vista à identificação de oportunidades de investimento e de bom enquadramento em instrumentos de apoio ao desenvolvimento local.

Administrativa e Financeira

- Execução das operações administrativas inerentes ao funcionamento do GAC Sotavento/GAL Sotavento e à componente financeira das mesmas, bem como gestão e execução da candidatura relativa à Aquisição de Competências e Cooperação, incluindo pedidos de pagamento e relatórios.

Entre as atividades mais destacadas do GAL Pesca Sotavento, podemos referir:

Participação em eventos FARNET/FAMENET:

- European Maritime Day - FARNET, Centro de Congressos de Lisboa;

- Seminário Farnet “Post-2020: Local action in a changing world”;
- Participação no painel “Pequena Pesca e os GAL” no Seminário “Preparados para o futuro: Seminário GAL Pesca Atlântico e Mar do Norte” da FARNET, rede que implementa o Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade (CLLD) ao abrigo do Fundo Europeu Marítimo e das Pescas (EMFF);
- 13.º seminário transnacional da FARNET que teve o seu foco direcionado para o futuro na construção de resiliência económica, social e ambiental nas zonas costeiras, territórios de intervenção dos GAL Pesca. O GAL Pesca Sotavento do Algarve obteve o 3º lugar com a apresentação do projeto “Descarbonização da Atividade da Aquicultura da Ilha da Culatra” na exposição de projetos de resiliência;
- Seminário transnacional na Figueira da Foz, sob o tema “Economia Azul”;
- Reunião FAMENET, online, com a apresentação de três projetos com o intuito de apoiar e promover a pequena pesca e aquicultura, através da troca de boas práticas e na transferência de conhecimentos entre os FLAGS;
- Primeiro seminário transnacional do FAMENET no 'lançamento dos GAL Pesca após o 2020', via online;
- FAMENET Online workshop com o tema Innovations in Sustainable Fishing Gear;
- Evento oficial online de lançamento das comunicações da FAMENET.

Formações técnicas pelo IFAP:

- Controlo administrativo dos pedidos de pagamento das medidas de investimento do Mar 2020;
- Ação de formação integrada no âmbito do plano de ação - mitigação da taxa de erro - FEADER e FEAMP;
- Formação iDigital - pedidos de pagamento;
- Formação de submissão de candidaturas P4;
- Formação E-learning, sobre a “Recolha do Controlo Administrativo RCA 2020”;
- Ação de Formação IFAP - Pedidos de Pagamento;
- Sessão de Esclarecimentos IFAP.

Formações técnicas pela Autoridade de Gestão MAR2020:

- Formação sobre a base de dados SI2P - Sistema Integrado de Informação das Pescas;
- Ação de Formação Mar 2020;
- Sessão técnica de trabalho com todos os OI;
- Webinar para preparação do período de programação 2020-2027 com o tema “Atualização do diagnóstico: Revisitação da análise SWOT”;
- Webinar Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional MAR 2020, com as intervenções da Inspeção Geral de Finanças, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. e Autoridade de Gestão do PO MAR 2020;
- Webinar sobre a utilização do SIMAR;
- Reunião, online, para a apresentação do novo fundo, bem como das ações em curso no intuito de aprovar o novo Programa Operacional publicado pelo Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu do Conselho que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) e que altera o Regulamento (UE) 2017/1004;

-
- Webinar “Acompanhamento da execução do PO Mar 2020”;
 - Sessão técnica, via Teams, dedicada ao próximo período de programação de Opções de Custos Simplificados OCS 2030, organizada pela Autoridade de Gestão do PO Algarve, em conjunto com a AD&C.

Formações técnicas pelo Município de Olhão (Parceiro Gestor):

- Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD);
- Código dos Contratos Públicos (CCP).

Seminários, Workshops e eventos diversos:

- Seminário RIS3 Algarve, organizado pela CCDR Algarve para implementação da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) do Algarve;
- Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020, no Contexto da Convergência e Coesão Territorial, com o tema Focus Group Algarve, pela AMAL;
- Seminário, “O Mar: um ativo estratégico nacional”, inserido nas Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa Nacional;
- Reunião “Iniciativa para o Desenvolvimento Sustentável da Economia Azul no Mediterrâneo Ocidental - WEST MED em Portugal”, pela CCDR Algarve;
- 4.ª Sessão do Processo Participativo da Criação da Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário da Baía de Armação de Pêra;
- 6ª Sessão do Ciclo de Workshops ENM2030 - Náutica de Recreio e Turismo Marítimo, com a presença da Ministra do Mar, com vista à elaboração da “Estratégia Nacional do Mar 2020-2030”;
- Workshop “Valorização moluscos bivalves produzidos em aquacultura”, Auditório IPMA;
- Workshop Regional "Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do PT2020", CCDR Algarve;
- Workshop em procedimentos de cultura de berbigão, na Universidade de Aveiro, Aveiro;
- Workshop “CULATRA, UMA COMUNIDADE ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL”;
- Webinar no âmbito do Projeto Internacionalizar + Algarve 2.0: Agroalimentar, Mar e TIC, organizado pelo NERA;
- Videoconferência no âmbito das candidaturas do +COESO organizado pela CCDR Algarve;
- Webinar: “Tavira apoia a Economia”, organizado pela Câmara Municipal de Tavira;
- Webinar sobre o novo FEAMPA e as estratégias a tomar pelos GAL neste novo programa, organizada pela A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
- Jornada de Trabalho - Estratégia Regional de Crescimento Azul para o Algarve. Projeto Atlazul na Biblioteca Municipal Vicente Campinas;
- Café Diálogo: O que precisamos para a Ria Formosa que queremos, no Centro Azul;
- Reunião online Focus Group "Comunidades piscatórias e desenvolvimento local" para Avaliação Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020;
- Mostra com 17 stands com a apresentação dos resultados das investigações financiadas pelo Programa Operacional Mar 2020 com aplicação ao sector das pescas e da aquicultura, promovida pelo MAR 2020 com a finalidade aproximar os operadores da pesca e da aquicultura às entidades do sistema científico nacional, na Exposição Batalha;
- Evento “Mostra PT2020 - Fazemos Portugal”, Altice Arena, Lisboa;

- Participação na FATACIL - Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa em Lagoa;
- Evento de divulgação da execução intercalar das Estratégias de Desenvolvimento Local, apoiadas pelo FEAMP, cineteatro João Mota, em Sesimbra, onde o GAL foi convidado a apresentar o projeto "Salineiro - uma profissão".

Cooperação:

- Receção dos GAL da Galiza, nomeadamente o GALP Ria de Arousa, o GALP Ria de Pontevedra e o GALP Ria de Vigo-A Guarda, para visita a projetos aprovados pelo GAL Sotavento;
- No âmbito do intercâmbio de experiências e boas práticas, o GAL acolheu os congéneres da Galiza - o Grupo de Acción Local do Sector Pesqueiro (GALP) Costa da Morte.

